



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CAMPUS VIII - ARARUNA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E SAÚDE**  
**COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA CIVIL**

**MARIA LUÍZA DO NASCIMENTO CRUZ**

**A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CURSO DE ENGENHARIA  
CIVIL: UM ESTUDO EM UNIVERSIDADES DA PARAÍBA**

**ARARUNA - PB**  
**2023**

MARIA LUÍZA DO NASCIMENTO CRUZ

**A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL: UM ESTUDO EM UNIVERSIDADES DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Engenharia Civil da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Engenharia Civil.

**Orientador (a):** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Adriana de Freitas Mágero Ribeiro

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C857i Cruz, Maria Luiza do Nascimento.

A inclusão de pessoas com deficiência no curso de engenharia civil: um estudo em universidades da Paraíba [manuscrito] / Maria Luiza do Nascimento Cruz. - 2023.

47 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências, Tecnologia e Saúde, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Maria Adriana de Freitas Mágero Ribeiro, Coordenação do Curso de Engenharia Civil - CCTS. "

1. Educação inclusiva. 2. Acessibilidade. 3. Inclusão. I.

Título

21. ed. CDD 362.4

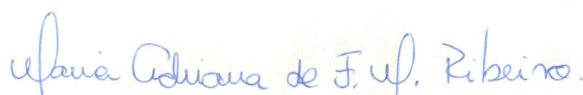
MARIA LUÍZA DO NASCIMENTO CRUZ

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CURSO DE ENGENHARIA  
CIVIL: UM ESTUDO EM UNIVERSIDADES DA PARAÍBA

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Coordenação do Curso de  
Graduação em Engenharia Civil da  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Engenharia Civil.

Aprovada em: 07/12/2023.

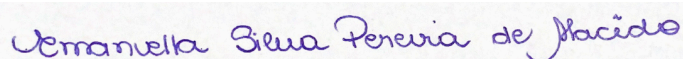
**BANCA EXAMINADORA**



Profa. Dra. Maria Adriana de Freitas Mágero Ribeiro (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Loredanna Melyssa Costa Souza de Almeida  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Emanuella Silva Pereira de Macêdo  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

“Se o Senhor não tivesse me ajudado, eu teria sido destruído. Quando eu disse: “Estou prestes a escorregar”, o amor fiel do Senhor veio me ajudar. Eu estava muito preocupado e aflito, mas o Senhor me consolou e me encheu de alegria.”

Salmos 94: 17-19

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer ao meu Deus, pois somente por Ele consegui chegar até aqui. Deus em sua infinita bondade e misericórdia permitiu que eu concluísse o meu curso, Ele me sustentou e cuidou de mim em todos esses anos. Toda honra e glória seja dada a Ele.

Agradeço a meus pais, Sandra e Merlin, que com toda força, amor e orações me ajudaram e me sustentaram durante esses anos de curso, eles sempre me incentivaram e acreditaram que eu seria capaz de qualquer coisa. Agradeço a eles por ter me criado nos caminhos do Senhor e me educado a ser o ser humano que sou hoje. Amo vocês incondicionalmente.

A meus irmãos, Livia, Larissa e Merlin Júnior, por sempre me ajudarem e me apoiarem desde o começo da minha graduação até agora, por todas as risadas e momentos que nunca esquecerei. Tenho certeza que vocês sempre estarão comigo.

A todos os meus familiares, que de alguma forma me ajudaram e estive sempre orando por mim, que Deus abençoe cada um de vocês.

A meu amigo Luís, que estive comigo nos piores e melhores momentos da minha graduação, por cada risada e choro compartilhados, por cada conversa e incentivo, por estar ao meu lado sempre, quero levar sua amizade para toda a vida.

A minha amiga Elisângela, que estive comigo em todos os momentos e que nunca me esqueceu. Você é a melhor pessoa que conheci durante o curso, a melhor companheira de casa, a melhor conselheira e melhor amiga que eu poderia ter. Estará sempre no meu coração.

A meus amigos do grupo Aleatório, Adson, Lucas Castro (Lulu), Alberto e Elisângela, todos os momentos vividos com vocês foram incríveis, vocês sempre me apoiaram e estiveram a meu lado, obrigada por tudo, por todos os conselhos e cafés da tarde, estou com vocês.

A Pilares Consultoria Júnior, por todos os ensinamentos e experiência que contribuiu de forma significativa na minha formação profissional, e a todos os membros dela, em especial a meu grande amigo Gillian que compartilhou comigo as alegrias e tristezas durante o curso, você sempre estará no meu coração.

As minhas amigas da Casa de Francisca e Niu, Gisely, Clara e ao inquilino Pedro Macêdo, que abriram as portas para mim, me acolheram e estiveram comigo no meu último ano de graduação, obrigada por todas as risadas, fofocas e momentos compartilhados, vocês são especiais para mim e sempre os levarei no meu coração.

A minha orientadora, Maria Adriana, por ter aceitado de braços abertos me orientar no meu trabalho de conclusão de curso, por todo suporte, dedicação, paciência e ensinamentos para que esse trabalho fosse realizado.

Aos membros da banca examinadora, professora Loredanna Melyssa e a professora Emanuella Silva por terem aceitado e pela disponibilidade.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, muito obrigada, que Deus abençoe cada um de vocês.

"Como as aves, as pessoas são diferentes em seus voos, mas iguais no direito de voar!"  
(JUDITE ERTHAL)



## RESUMO

Este estudo caracteriza-se como uma abordagem metodológica fundamentada na análise e síntese de trabalhos anteriores e artigos acadêmicos relevantes, que visam avaliar o impacto da inclusão de pessoas com deficiência no curso de Engenharia Civil das universidades paraibanas. A pesquisa foi realizada por meio do Google Forms compartilhado via redes sociais, com um breve questionário aplicado aos alunos de Engenharia Civil da UEPB VIII, UFCG e UFPB. Esta abordagem permite *insights* valiosos sobre as lacunas existentes no campo da inclusão e acessibilidade no contexto educacional, especialmente no curso de Engenharia Civil. A importância desta investigação reside na necessidade de compreender o quanto perceptível é a falta de conhecimento da sociedade sobre as deficiências no contexto atual. A acessibilidade no ensino superior funciona como uma ferramenta de inclusão socioeconômica, permitindo que mais pessoas adquiram conhecimentos, apliquem a sua aprendizagem na prática profissional e contribuam para diversas áreas do desenvolvimento científico e socioeconômico. Além disso, através dos resultados obtidos nessa pesquisa mostra a necessidade de um esforço para promover a inclusão e a acessibilidade no ensino superior, particularmente no curso de Engenharia Civil, a investigação sublinha a importância de investir em recursos e formação adequada para pessoas com deficiência, a fim de garantir um ambiente escolar inclusivo para todos os indivíduos.

**Palavras-Chave:** inclusão; educação inclusiva; acessibilidade.

## **ABSTRACT**

This study characterizes itself as a methodological approach grounded in the analysis and synthesis of previous works and relevant academic articles aimed at evaluating the impact of including people with disabilities in the Civil Engineering course at the universities of Paraíba. The research will be conducted using Google Forms shared via social network, with a brief questionnaire administered to Civil Engineering students at UEPB VIII, UFCG, and UFPB. This approach allows for valuable insights into the existing gaps in the field of inclusion and accessibility in the educational context, especially in the Civil Engineering course. The significance of this research lies in the need to understand how noticeable the lack of societal knowledge is regarding disabilities in the current context. Accessibility in higher education serves as a tool for socio-economic inclusion, enabling more people to acquire knowledge, apply their learning in professional practice, and contribute to various areas of scientific and socio-economic development. Additionally, through the results obtained in this research, it shows the need for an effort to promote inclusion and accessibility in higher education, particularly in the Civil Engineering course. The research underscores the importance of investing in resources and proper training for people with disabilities to ensure an inclusive school environment for all individuals.

**Keywords:** inclusion; inclusive education; accessibility.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Evolução Histórica - Pessoas com Deficiência.....	18
Figura 2 -	Evolução das matrículas de estudantes com deficiência da Educação Superior .....	20
Figura 3 -	Fluxograma da Metodologia.....	26
Figura 4 -	Representatividade dos Participantes Mediante a Instituição que Frequentam.....	28
Figura 5 -	Contato com Pessoas com Deficiência.....	28
Figura 6 -	Deficiências Conhecidas.....	29
Figura 7 -	Existência de Universidades com a Capacidade de Proporcionar Direito a Todos.....	30
Figura 8 -	Existência de Colegas de Aula com Algum Tipo de Deficiência.....	31
Figura 9 -	Dificuldades para acompanhar o aprendizado.....	32
Figura 10 -	Conhecimento sobre os Impasses para Pessoas com Deficiência optarem em cursar Engenharia Civil.....	33
Figura 11 -	Conhecimento em LIBRAS.....	33
Figura 12 -	Interesse em participar de uma Capacitação para aprender LIBRAS.....	34
Figura 13 -	Interesse em participar de Palestras ou Capacitação sobre o Conhecimento da Educação Inclusiva no Ensino Superior.....	34
Figura 14 -	Entendimento sobre a Necessidade de Inclusão de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior.....	35
Figura 15 -	Entendimento sobre a Necessidade de Inclusão de Pessoas com Deficiência no curso de Engenharia Civil.....	36
Figura 16 -	Entendimento da quantidade de Pessoas com Deficiência no curso de Engenharia Civil.....	36

## **LISTA DE TABELAS**

Quadro 1 - Ações de Reestruturação do Ensino Superior Brasileiro para Promoção de Inclusão.....	24
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAD	Associação Brasileira de Déficit de Atenção
CDC	Centro de Controle de Doenças e Prevenção
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
PBP	Programa de Bolsa Permanência
PcD	Pessoa com Deficiência
PEUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAEST	Programa Nacional de Assistência Estudantil para Instituição de Ensino Superior Públicas Estatais
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PROMISAES	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
ProUni	Programa Universidades para Todos
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPA	Universidade Federal da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Objetivo Geral</b> .....	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>Objetivos Específicos</b> .....	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>16</b>
<b>3.1</b>	<b>História da Integração dos Portadores de Deficiência na Educação</b> .....	<b>16</b>
<b>3.2</b>	<b>Integração de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior</b> .....	<b>18</b>
<b>3.3</b>	<b>Acessibilidade - um direito de todos</b> .....	<b>20</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>25</b>
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>27</b>
<b>5.1</b>	<b>Nível de Conhecimento sobre as Deficiências</b> .....	<b>27</b>
<b>5.2</b>	<b>Inclusão e Acessibilidade nas Instituição de Ensino Superior da Paraíba</b> .....	<b>29</b>
<b>5.3</b>	<b>Inclusão e Acessibilidade nas Universidades</b> .....	<b>30</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>37</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>39</b>
	<b>ANEXOS - QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS ESTUDANTES DE ENGENHARIA CIVIL DAS UNIVERSIDADES DA PARAÍBA</b> .....	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), coordenada pelo IBGE, em 2021, contabilizou 17 milhões de pessoas com deficiência no País, isso equivale a aproximadamente 8,18% em relação à população brasileira. Além disso, segundo o Censo da Educação Superior de 2018, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), existem 8,45 milhões de estudantes ingressados nas universidades, e apenas 43.333 pessoas com deficiência estão inseridas no Ensino Superior brasileiro, ou seja, apenas 0,5% do total de alunos no país e desse total, e 4.502 PcD (Pessoa com Deficiência) são estudantes alguma engenharia no Brasil.

Segundo a Constituição Federal de 1988, Art. 205, afirma que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, ou seja, é preciso garantir o direito à educação a todas as pessoas, incluindo as pessoas com deficiência.

A Lei N° 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Art.1° afirma que,

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania

Entretanto sabe-se que essa não é a realidade do Brasil. Existem ainda, o preconceito e discriminação com as pessoas portadoras de deficiência instauradas no âmbito social.

Conforme BRASIL, n° 3.284/2003

As instituições de ensino superior, ao pleitearem autorização, reconhecimento, credenciamento ou renovação ao Ministério da Educação para fins de avaliação de seus cursos, estão sujeitas a comprovarem o atendimento aos requisitos de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental e programática para alunos com deficiência.

De acordo com esses dados e informações é possível perceber que há uma problemática a ser resolvida em relação à ingresso de pessoas com deficiência na universidade, em destaque ao curso de Engenharia Civil.

Com isso, é possível observar que é importante entender e debater sobre esse tema. Investigar e identificar o porquê desses dados serem tão baixos, identificar os fatores que

fazem com que isso ocorra e assim debater soluções e estratégias para assegurar a participação de pessoas com deficiência no curso de Engenharia Civil.

SESSAKI (2009, p. 2):

Afirma que a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que deseja ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência.

Diante disso, essa pesquisa foi direcionada para os estudantes do curso de Engenharia Civil no estado da Paraíba, na qual abrange perguntas sobre o conhecimento dos alunos com relação à inclusão de pessoas com deficiência e se a universidade na qual estudam tem a capacidade de proporcionar o direito a todos à acessibilidade.



## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Identificar o perfil dos estudantes com deficiência (visual, motora, auditiva, surdez, TDAH, autismo e deficiências intelectuais), no curso de Engenharia Civil, com ênfase às principais dificuldades encontradas quanto à acessibilidade e à participação desses alunos nas atividades acadêmicas.

### **2.2 Objetivos específicos**

1. Verificar as principais limitações físicas que os alunos com deficiências enfrentam quanto à acessibilidade no curso de Engenharia Civil;
2. Conhecer o nível de entendimento que os estudantes possuem sobre a inclusão de pessoas com deficiência no curso de Engenharia Civil;
3. Investigar estratégias de inclusão e acessibilidade que podem ser adotadas pelas universidades, para assegurar a participação dos alunos com deficiência no curso de Engenharia Civil.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

#### 3.1 História da Integração dos Portadores de Deficiência na Educação

Com um aumento significativo de pessoas com deficiência (PCD) no Brasil, muitas delas estão sendo discriminadas e excluídas das comunidades em que vivem ou do mercado de trabalho. O processo de exclusão social de pessoas com deficiência ou alguma necessidade especial é tão antigo quanto à socialização do homem. (MACIEL, 2003, p. 51). A tendência desse número aumentar é inevitável, tornando-se assim necessário o acesso dessas pessoas em todos os aspectos, sejam políticos, sociais, culturais e principalmente educacionais – o que ainda é um desafio.

Observando a trajetória da história da Educação no Brasil consegue-se perceber como a desigualdade tem marcado de forma significativa o âmbito escolar. Segundo Mazzota (2003 p. 16), “O conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado. As noções de democracia e igualdade eram ainda meras centelhas na imaginação de alguns indivíduos criados.” ou seja, antigamente os que eram “diferentes” não eram vistos de forma positiva, mas sim excluídos do meio social.

Monteiro et, al (2016) destaca a evolução da luta e a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Desde a Idade Antiga até a Idade Média os portadores de deficiência eram excluídos de forma violenta do local onde viviam, até a chegada da Idade Contemporânea com a Revolução Francesa, onde frisavam os valores de Igualdade, Fraternidade e Liberdade. Surgindo então o movimento a Declaração Direitos Humanos.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência começou no século XX, apesar de ser expressa na Constituição de 1988 da seguinte forma: “assegura-se aos deficientes melhoria de sua condição social e econômica”. Somente no ano de 1989 que o Governo Federal criou a Lei nº 7.853, onde dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência. Entretanto, na área da educação, é levada em consideração apenas a integração na pré-escola, a 1º e 2º graus.

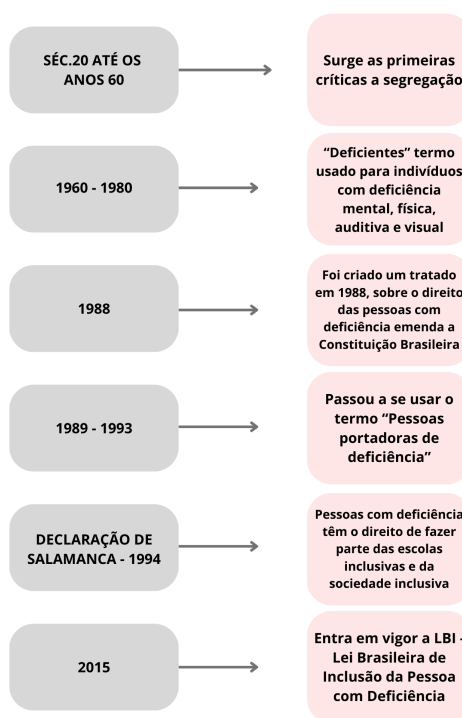
As lutas e desafios enfrentados pelas pessoas portadoras de deficiência vem desde berço até se encaixar na sociedade. Contudo para ingressar nas instituições de ensino superior é visto como um dos mais complicados. Segundo Rocha (2020), em universidades brasileiras, o tema não é apenas para reflexão, é uma perspectiva social com firmes propósitos atitudinais,

ou seja, essa temática é de extrema importância para o aumento da inclusão de pessoas com deficiência nas universidades.

Nas últimas décadas, tem-se vivenciado um aumento significativo no número de discentes com deficiência no ensino superior no Brasil. No entanto, para a permanência e sucesso deles, ainda não se tem processos educativos que viabilizem o exercício da cidadania e combatam a exclusão, preparando o ambiente para receber pessoas com diferentes características, minimizando as lacunas ainda presentes entre os direitos adquiridos e a efetivação do seu acesso e permanência (SIQUEIRA; SANTANA, 2010).

Em 2015 foi criada a Lei nº 13.146, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), onde abrange o estatuto da pessoa com deficiência para assegurar e promover condições de igualdade, exercício dos direitos e das liberdades fundamentais. O Art. 5º da Constituição Federal de 1988, também afirma, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” Neste sentido afirma Fonseca (1987, p. 11) “o deficiente é uma pessoa com direitos. Existe, pensa e cria”. Na Figura 1, é observado um fluxograma com os principais marcos realizados em relação à inclusão de pessoas com deficiência, desde o séc. 20 até 2015.

**Figura 1:** Evolução Histórica – Pessoas com Deficiência



**Fonte:** Elaborada pela autora, 2023.

### 3.2 Integração de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior

Apesar do surgimento da Lei nº 13.146/2015, a Lei mais importante na inclusão de pessoas com deficiência - assegurar a participação delas no ensino superior, esta não é a realidade que se consegue observar. De acordo com a Declaração de Salamanca de 1994 (sobre Princípios, Políticas e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais): “Provisões necessárias deveriam também ser feitas no sentido de assegurar a inclusão de jovens e adultos com necessidades especiais em educação secundária e superior bem como em programa de treinamento.”

Como afirma Matiskei (2004),

Apesar das limitações e possibilidades que a conjuntura das políticas neoliberais presentes na sociedade imputa à escola, ela segue ocupando papel de destaque no contexto da inclusão social, cuja gestão deve estar comprometida com a formação do sujeito social, fortalecendo e construindo identidades locais.

De acordo com Nogueira (2014), é pertinente pontuar que o docente de Ensino Superior nem sempre possui formação específica para dar conta das questões didáticas e pedagógicas, pois geralmente iniciam na carreira docente pela sua experiência de prática profissional, com a intenção de ministrar conteúdos relativos à sua experiência. Apesar de existirem leis que asseguram às pessoas com deficiência no ensino superior, os docentes das instituições nem sempre estão preparados para ministrar as aulas a todos alunos com suas respectivas especificidades.

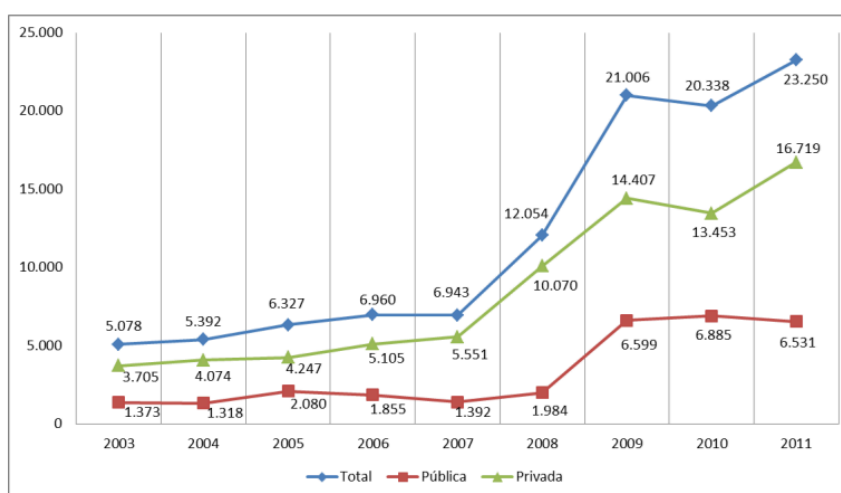
Siqueira e Santana (2010) esclarecem a dificuldade que um docente pode encontrar para lecionar a um estudante com alguma deficiência ou necessidade especial, tendo que buscar e se adequar ao ambiente educacional para que assim o estudante com deficiência tenha acesso ao ensino apresentado em sala de aula.

Conforme Maciel (2000) destaca, embora muitos teóricos radicais defendem a inclusão escolar de forma simplista, isto é, colocando o estudante com deficiência na classe comum e tudo se resolve. Entretanto, suas teses não refletem a realidade de que as pessoas com deficiência possuem necessidades educativas especiais. Deve-se lembrar, sempre, que o princípio fundamental da sociedade inclusiva é o de que todas as pessoas portadoras de deficiência devem ter suas necessidades especiais atendidas.

A questão da democratização do acesso de jovens e adultos, no ensino superior, bem como a discussão sobre suas reais condições de permanência está sendo uma pauta relevante. Assim, a educação superior também tem passado por transformações estruturais importantes, como, por exemplo, a implantação do sistema de cotas para alunos de escolas públicas, negros e/ou com deficiências. Esse novo cenário exige esforços para garantir a permanência, com qualidade, desses segmentos nas universidades brasileiras (FIGUEIREDO, 2011).

A falta de escolarização e desenvolvimento de conceitos básicos necessários para viver uma vida autônoma impedem muitos alunos com deficiências, sobretudo intelectual e ou transtornos do desenvolvimento (como autismo) de ingressarem no mercado de trabalho ou terem uma vida adulta mais significativa existencialmente. De fato, a escola, seja regular ou especializada, em nosso país, de modo geral, não tem preparado esses alunos nas habilidades sociais básicas as quais são pré-requisitos para ingresso no mercado de trabalho, mesmo informal. (GLAT e PLETSCHE, 2010). A Figura 2 apresenta a evolução das matrículas de estudantes com deficiência da educação superior

**Figura 2:** Evolução das matrículas de estudantes com deficiência da educação superior



Fonte: SECADI/SESu, 2013.

Este é um sinal de que a educação brasileira vive um intenso processo de transformação, motivado pela concepção da educação inclusiva, compreendida, muito além do acesso efetivado por meio da matrícula. No passado recente, a principal pauta em debate, focava-se no direito à matrícula, negada com naturalidade, muitas vezes. Hoje, há base legal solidamente construída, que garante o acesso e desnaturaliza a exclusão (SECADI/SESU, 2013).

O grande desafio posto para as universidades é formar profissionais /educadores que não sejam apenas instrumentos de transmissão de conhecimentos, mas, sobretudo, de novas atitudes e práticas que valorizem a diversidade humana. Neste sentido, de acordo com Glat e Pletsch, as universidades devem ser preparadas para construir estratégias de ensino e adaptar atividades e conteúdos que permitam a aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos. Cabe às faculdades de Educação, também, trabalhar com a formação continuada dos atuais professores, e incentivar o vínculo direto entre os professores da Educação Especial e do Ensino Regular, através de discussões nas disciplinas, trabalhos de campo, estágios, entre outras ações (GLAT e PLETSCHE, 2010).

### **3.3 Acessibilidade – um direito de todos**

A principal Lei de Acessibilidade no Brasil é a Lei nº 10.098 de 2000, onde estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Esta Lei deveria ser observada em todos os ambientes educacionais, mas as Instituições Superiores nem sempre a seguem integralmente.

Além disso, foi elaborado o Decreto nº 5.296 de 2004 que regulamenta a lei citada acima, onde determina que:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2004).

É relevante que as Instituições Superiores garantam a acessibilidade a todo tipo de pessoa, em todos os espaços, ambientes, materiais, ações para que o estudante com deficiência se sinta incluído no local onde estuda.

Rangel (2017) afirma que a acessibilidade não pode ser vista somente pelo ponto de vista da arquitetura, é preciso ter uma visão mais ampla englobando eliminação de barreiras pedagógicas, atitudinais, entre outras. É necessário que para se ter uma universidade acessível, pensar em ambientes que possibilitem uma utilização com segurança e autonomia. Além disso, é fundamental manter os espaços com a manutenção adequada.

Nesse sentido, acessibilidade é um eixo da inclusão, pois todos os espaços deveriam ser construídos para utilização de qualquer pessoa e havendo acessibilidade a participação das

peças com deficiência pode aumentar, pois espaços em que não poderiam ser utilizados passam a ter condições de uso apropriados e ambientes em que todos possam estar e conviver sem segregação (RANGEL, 2017).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) reconhece que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão.

Um estudo evidenciou que é necessário um maior investimento da universidade em ações de acessibilidade realizadas pelos núcleos para todos os segmentos da comunidade acadêmica (estudantes, docentes e técnico-administrativo) através da oferta de ações de sensibilização, promovendo informação, conhecimento e conscientização dos dispositivos legais e políticas relacionadas à remoção das barreiras, visando às alterações no regimento interno, no projeto político-pedagógico e no plano de desenvolvimento institucional das instituições de ensino superior brasileira, em prol de uma educação menos excludente (CIANTELLI e LEITE, 2016).

De acordo com BORGES (2021), é atribuída às universidades a necessidade de se reelaborar e considerar as especificidades demandadas pela inclusão, a fim de garantir não apenas o acesso, mas a permanência desses atores, a inserção no curso e, mais tarde, a sua inserção qualitativa no mundo do trabalho. Isso exige dessas instituições transformações complexas na estrutura e no funcionamento, na forma de pensar e agir de toda comunidade acadêmica, além de provimento de condições de permanência de estudantes com deficiência, tais como, adequação arquitetônica, a aquisição de recursos de tecnologia assistiva, mobiliários, material pedagógico acessível, etc.

Partindo da ideia que entre os desafios presentes na inclusão no país estão a necessidade de desenvolvimento de instrumentos de monitoramentos sistemáticos e monitoração de pesquisas, pode-se dizer que a partir de relatos e experiências tanto de sucessos quanto de fracassos dentro do espaço universitário pode-se criar tais instrumentos para os monitoramentos sistêmicos com a finalidade de desenvolver os departamentos para que os casos passem a ser melhores analisados e solucionados e dessa forma a universidade se torne cada vez mais um espaço inclusivo. (COSTA, 2021)

CRUZ e RODRIGUES (2019), afirmam que se faz necessário que essas instituições não apenas ofereçam vagas para esses alunos, mas meios para que eles permaneçam em seu quadro de discentes pelo tempo necessário à sua formação, com condições de executar todas as suas atividades de forma plena e o mais autossuficiente possível. Por vezes, os prédios das instituições públicas foram construídos há décadas e não atendem aos preceitos atuais de projetos que levam em consideração o fato de que eles podem ser frequentados por pessoas com os mais variados tipos de deficiência ou mobilidade reduzida e que, por esse motivo, sua construção deve ser embasada em normas técnicas que possam atender a todo tipo de público. Assim, é possível encontrar problemas como escadas íngremes, múltiplos andares sem elevador, pisos deformados ou escorregadios, falta de sinalização e portas estreitas.

A inclusão e a acessibilidade são pilares fundamentais para garantir que todos os estudantes tenham igualdade de oportunidades e possam participar plenamente da experiência universitária. A diversidade de habilidades e perspectivas melhoram o ambiente acadêmico, promovendo um aprendizado mais abrangente e enriquecedor.

É notória a falta de conhecimento da sociedade em relação às deficiências existentes no âmbito atual, o que torna esse tema cada dia mais importante de se debater, pois devido a essa falta de conhecimento e a busca por ela, aumenta o preconceito e torna restrita a inclusão das pessoas portadoras de deficiência nas instituições de ensino superior.

De acordo com COSTA (2021), ao adotar práticas inclusivas e fornecer recursos acessíveis, as universidades não apenas atendem às necessidades individuais dos estudantes com deficiências ou desafios, mas também criam um ambiente que beneficia a todos. Isso estimula a criatividade, a colaboração e a inovação, preparando os estudantes para contribuir de maneira significativa para a sociedade e para o mercado de trabalho, independentemente de suas características individuais. O Quadro 1 destaca as ações de reestruturação do ensino superior brasileiro para promoção de inclusão.



**Quadro 1:** Ações de Reestruturação do Ensino Superior Brasileiro para Promoção de Inclusão

ACÇÃO	MARCO LEGAL	OBJETIVO
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior	Lei nº 10.260/2001	Financiar a graduação de estudantes matriculados em cursos presenciais não gratuitos e com avaliação positiva nos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2001).
Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior – PROMISAES	Decreto nº 4.875/2003	Fomentar a cooperação técnico científica e cultural entre os países com os quais o Brasil mantenha acordos educacionais ou culturais (BRASIL, 2003)
Programa Universidade para Todos – ProUni	Lei nº 11.096/2005	Concessão de bolsas de estudos integrais e bolsas de estudos parciais de 50% ou 25% para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005)
Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI	Decreto nº 6.096/2007	Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007)
Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES	Decreto nº 7.234/2010	I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, III – Reduzir as taxas de retenção e evasão, e IV – Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010)
Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estatais – PNAEST	Portaria Normativa MEC nº 25/2010	I – Fomentar a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens na educação superior pública estadual, II – Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais no acesso à educação superior, III – Reduzir as taxas de retenção e evasão, IV – Aumentar as taxas de sucesso acadêmico dos estudantes, e V – Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010)
Sistema de Seleção Unificada – SISU	Portaria Normativa nº 21/2012	Realizar a seleção de candidatos aptos às vagas disponibilizadas pelas universidades públicas que usam a nota do Enem como meio de acesso. (BRASIL, 2012)
		I – Viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de

Programa de Bolsa Permanência - PBP	Portaria n° 389/2013	vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas; II – Reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; e III – Promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico (BRASIL, 2013).
Lei de Cotas	Lei n° 12.711/2012	Diminuir as diferenças econômicas, sociais e educacionais entre pessoas de diferentes etnias raciais por meio de ações afirmativas (BRASIL, 2012)
Lei de Cotas (alteração)	Lei n° 13.409/2016	Dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiências nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino (BRASIL, 2016).

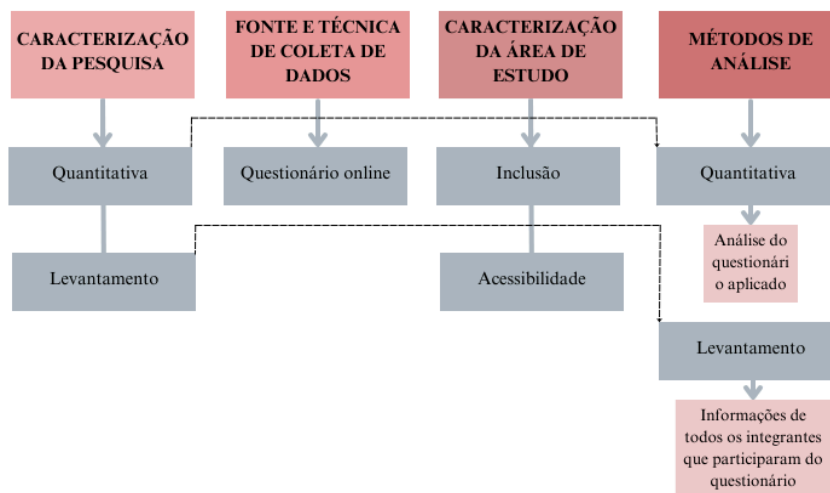
**Fonte:** Marília Comparini Costa, 2021.

## 4 METODOLOGIA

No desenvolvimento deste estudo, adotou-se uma abordagem metodológica fundamentada na análise e síntese de trabalhos anteriores e artigos acadêmicos pertinentes utilizando como palavra-chave: Inclusão, e de um período dos últimos anos como os trabalhos realizados nos últimos , com uma pesquisa quantitativa de pesquisa social que anos, utilizando a quantificação nas modalidades de coleta de informações.

A revisão extensiva da literatura proporcionou percepções valiosas sobre as lacunas existentes no campo da inclusão e acessibilidade no contexto educacional, especialmente no curso de Engenharia Civil. Além disso, por meio de um levantamento recolhendo informações de todos os 50 integrantes que participaram do questionário, foi possível identificar tendências, desafios e melhores práticas já estabelecidas. A Figura 3 ilustra o fluxograma da metodologia.

**Figura 3:** Fluxograma da Metodologia



**Fonte:** Elaborada pela autora, 2023.

Além disso, como parte integrante da metodologia, foi conduzida a aplicação de questionários online junto aos alunos matriculados nos cursos de Engenharia Civil das universidades da Paraíba, sendo elas a UEPB VIII (Universidade Estadual da Paraíba), UFCG (Universidade Federal de Campina Grande) e UFPB (Universidade Federal da Paraíba). Essa abordagem permitiu coletar dados diretamente das fontes mais relevantes: os próprios estudantes. Os questionários foram elaborados e compartilhados via redes sociais de forma a investigar as percepções dos alunos em relação à inclusão e acessibilidade no ambiente

acadêmico. Perguntas estruturadas cuidadosamente abordaram aspectos como a disponibilidade de recursos adaptados, apoio institucional e a percepção de inclusão no cotidiano universitário.

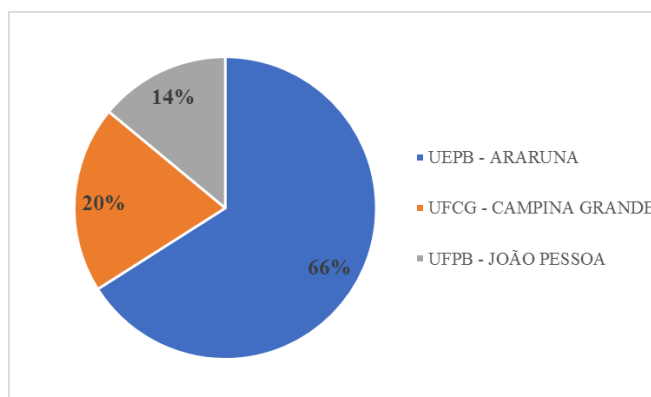
A triangulação desses dois métodos – revisão da literatura e questionários aplicados – proporcionou uma compreensão abrangente das questões em estudo. A abordagem baseada em estudos prévios enriqueceu a análise com um embasamento teórico sólido, enquanto os questionários trouxeram *insights* práticos e perspectivas diretas dos estudantes, ampliando a validade e a relevância dos resultados.

Em resumo, a metodologia adotada neste estudo combinou a sabedoria acumulada pela pesquisa prévia com as vozes e experiências dos alunos *do curso de Engenharia Civil das Universidades da Paraíba*. Esse enfoque holístico e multidimensional possibilitou uma análise abrangente das questões de inclusão e acessibilidade, gerando conclusões mais robustas e direcionando possíveis recomendações para aprimorar a qualidade da educação superior para todos os alunos.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O formulário foi respondido por 50 estudantes do curso de engenharia civil. Dentro destes 50 participantes, 66% são estudantes da UEPB Campus VIII, 20% da UFCG Campus de Campina Grande e 14% da UFPB Campus de João Pessoa. A Figura 4 destaca a representatividade dos participantes mediante a Instituição que frequentam.

**Figura 4:** Representatividade dos participantes mediante a Instituição que frequentam

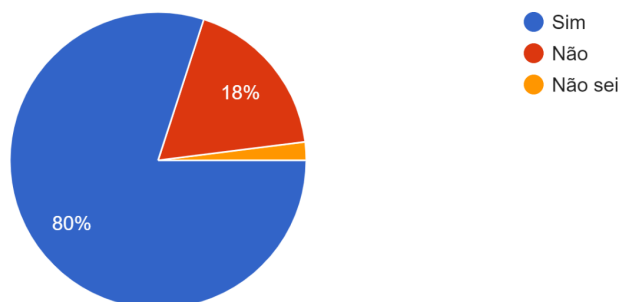


Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

### 5.1 Nível de Conhecimento Sobre as Deficiências

No questionário foi respondido que 80% dos participantes já tiveram contato com pessoas portadoras de deficiência, enquanto 18% afirmaram que nunca tiveram contato e 2% dos participantes não sabem se já ou não tiveram contato, conforme mostrado na figura 5.

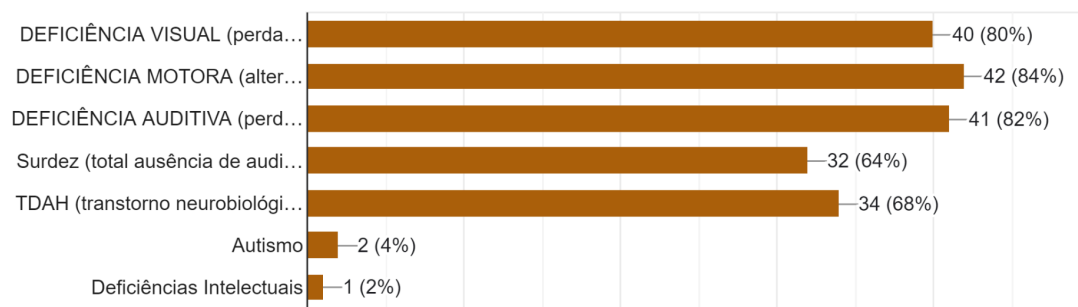
**Figura 5:** Contato com pessoas com deficiência



Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Para isso foi elaborado um melhor cenário sobre quais deficiências os participantes que responderam têm o conhecimento, na Figura 6 é possível observar que 80% conhecem a deficiência visual, 84% a deficiência motora, 82% a deficiência auditiva, 64% a surdez, 68% o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), apenas 2% têm o conhecimento do autismo, 2% das deficiências intelectuais.

**Figura 6:** Deficiências conhecidas



**Fonte:** Elaborada pela autora, 2023.

Pode-se observar pelas respostas dos participantes que a deficiência mais conhecida atualmente são as deficiências motora, visual e auditiva, deficiências que são mais fáceis de diagnosticar e conseqüentemente mais observada visualmente pela sociedade. Entretanto, as deficiências como TDAH, autismo e as deficiências intelectuais são menos conhecidas.

Um participante contestou no questionário perguntando se o autismo pode ser considerado como deficiência, porém de acordo com a Lei 12.764/12 determinou que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais.

De acordo com alguns especialistas da área de Neuropsiquiatra, o preconceito sobre transtornos do espectro autista (TEA) está associado à falta de informações. A falta de informação sobre o autismo alimenta frequentemente o preconceito existente hoje. Muitas pessoas tendem a assumir erroneamente que aqueles apresentados com transtorno do espectro autista enfrentam limitações, ignorando completamente as diversas qualidades e habilidades que possuem. É crucial desafiar esses estereótipos abrangentes, promovendo uma compreensão mais abrangente e inclusiva do autismo, que reconheça e valorize as capacidades individuais dessas pessoas, ao invés de se concentrar apenas nas supostas limitações.

Essa falta de informações também surge com o TDAH, apesar de que o “TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade) não seja considerada uma deficiência para a lei brasileira, não está entre as condições contempladas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, o que impede que as garantias legais estabelecidas se estendam aos portadores de TDAH.” (DUARTE, 2023).

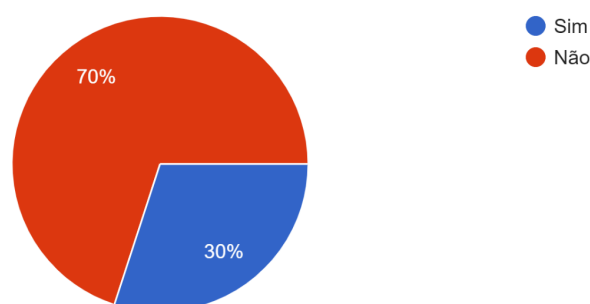
Segundo Pereira, embora o TDAH seja do conhecimento de muitas pessoas, ainda percebe-se uma ausência de informações adequadas, seja no contexto escolar, familiar, no trabalho, na faculdade ou até mesmo no processo de autoconhecimento do próprio paciente.

No Brasil, segundo a ABAD (Associação Brasileira de Déficit de Atenção) o TDAH afeta cerca de 2 milhões de brasileiros, enquanto o autismo de acordo com o relatório do CDC (Centro de Controle de Doenças e Prevenção) dos Estados Unidos, publicado em março de 2023, variações do espectro na população brasileira é realidade para cerca de 6 milhões de autistas. E ainda assim, essa deficiência é pouco conhecida e falada atualmente.

## 5.2 Inclusão e Acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior da Paraíba

Foi abordado no questionário para que os participantes respondessem se há estruturas adequadas de acessibilidade e inclusão na universidade na qual estudam. Pelas respostas, apenas 30% dos estudantes que participaram afirmaram que sua Instituição de Ensino tem a capacidade de proporcionar o direito de todos à educação, e 70% afirmou que não há capacidade de proporcionar este direito conforme a Figura 7.

**Figura 7:** Existência de universidades com a capacidade de proporcionar direito a todos



**Fonte:** Elaborada pela autora, 2023.

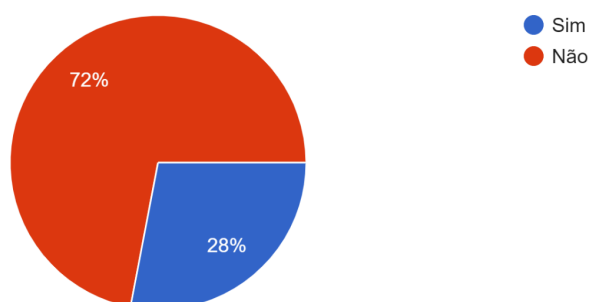
Destes 30%, de acordo com as respostas dos participantes, as estruturas que existem no local em que os alunos estudam são apenas as rampas de acesso de cadeira de rodas, direito a cotas para ingressar no curso. Além das outras respostas, os respondentes afirmaram que só há inclusão para as pessoas com deficiência motora.

Com isso pode-se perceber notoriamente que as Universidades da Paraíba - aplicadas no questionário - sofrem com a necessidade de aspectos físicos e mobilidade para a inclusão de pessoas com deficiência ingressarem na instituição. As instituições devem ter a obrigação de adaptar os ambientes de acordo com as necessidades apresentadas pela pessoa com deficiência e garantir a acessibilidade nas universidades. No entanto, para garantir a acessibilidade é necessário planejar, pois as universidades não devem pensar apenas na deficiência física, mas na pessoa com deficiência auditiva, cognitiva e visual. Estes são, inclusive, requisitos do Ministério da Educação (MEC) para o credenciamento, reconhecimento, autorização e renovação de cursos superiores. Segundo a Portaria Nº 20, as universidades devem ser acessíveis a todos.

Além da instituição superior respeitar a lei, garantir a acessibilidade nas universidades é respeitar o próximo e o direito de ir e vir. A acessibilidade deve ser parte do dia a dia das universidades e abranger não apenas os ambientes físicos, mas os materiais didáticos e a comunicação entre alunos e professores.

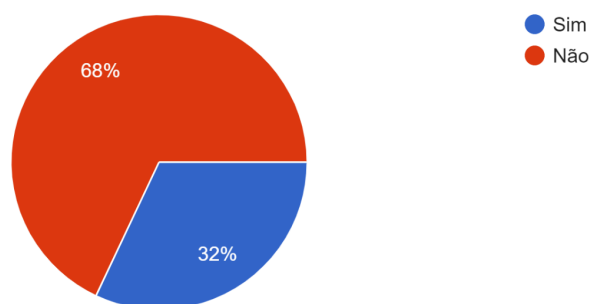
Além disso, foi abordado também se na sala de aula há a presença de pessoas com algum tipo de deficiência e se esse colega possui dificuldade para acompanhar os conteúdos abordados em sala. De acordo com as Figuras 8 e 9 a seguir, apenas 28% responderam que SIM, que há colegas de sala portadores de deficiência e 32% desses mesmos alunos possuem dificuldades para acompanhar o conteúdo ministrado em sala de aula.

**Figura 8:** Existência de colegas de aula com algum tipo de deficiência



**Fonte:** Elaborada pela autora, 2023.



**Figura 9:** Dificuldades para acompanhar o aprendizado

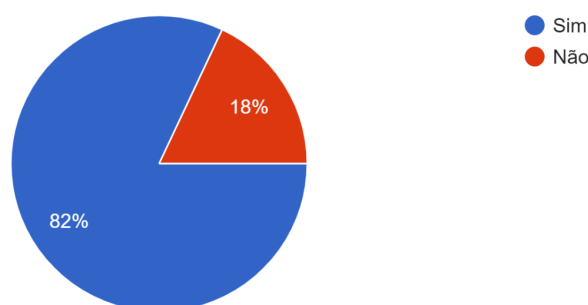
**Fonte:** Elaborada pela autora, 2023.

Conhece-se bem a necessidade e os impasses encontrados e enfrentados pela pessoa com deficiência. Mesmo com essas dificuldades encontradas nos espaços, essas pessoas continuam lutando por sua locomoção e acesso aos serviços básicos dentro do ambiente acadêmico.

É nítida a falta de adaptação para receber qualquer pessoa que possua algum tipo de deficiência dentro das universidades. Banheiros sem acessibilidade, prédios sem adaptações necessárias, excesso de degraus e outros problemas de estruturas são apenas reflexos dos ambientes universitários, além da falta de métodos e acompanhamentos para os deficientes intelectuais. Desta forma, surge a carência de estruturas adequadas dentro das Universidades das Paraíba capazes de garantir o direito de acesso a todos.

Dentro de todas essas afirmações sobre o conhecimento das deficiências e as dificuldades encontradas nas instituições de ensino, foi abordado no questionário indagando-se os participantes acham que existe um impasse para que as pessoas com deficiências escolham optar em cursar Engenharia Civil, e dos 50 participantes, 85% afirmaram que há sim esse impasse, como pode-se observar na Figura 10 a seguir.

**Figura 10:** Conhecimento sobre os impasses para as pessoas com deficiência optarem em cursar Engenharia Civil



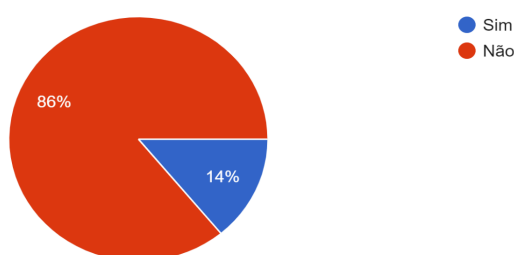
**Fonte:** Elaborada pela autora, 2023.

A partir desta pergunta feita no questionário é evidente como o curso de Engenharia Civil é pouco acessado para as pessoas portadoras de deficiência. O curso de Engenharia civil se torna difícil pela carga horária com conteúdos aprofundados das Ciências Exatas, estudos introdutórios à programação, além das disciplinas de Ciências Humanas e a necessidade de cumprir as horas extracurriculares. Por ser um curso considerado “difícil”, já é um dos requisitos para ser pouco procurado por todos os estudantes, em virtude disso e com a falta de acessibilidade encontrada na parte estrutural e metodológica adotada pelas universidades, torna-se pouco procurado pelas pessoas com deficiência.

### 5.3 Inclusão e Acessibilidade nas Universidades

Sabendo que a segunda língua oficial do Brasil é a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) - meio de comunicação para os deficientes auditivos e para os surdos, foi questionado, uma vez que, havendo um deficiente auditivo ou surdo nas respectivas universidades se eles conseguiriam se comunicar com eles, e apenas 14% afirmaram que sim, como pode ser visto na Figura 11.

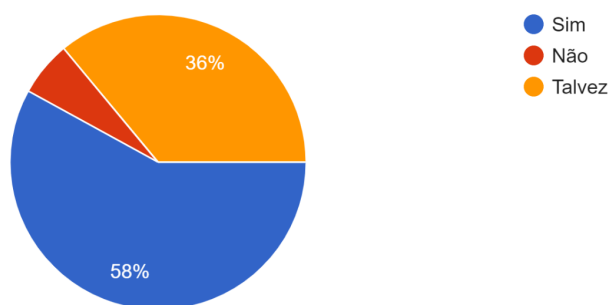
**Figura 11:** Conhecimento em LIBRAS



**Fonte:** Elaborada pela autora, 2023.

Em seguida, foi perguntado que existindo uma capacitação para aprender LIBRAS quantos gostariam de participar, e 56% afirmaram que participariam, 36% responderam que talvez e 6% que não gostariam de participar, como pode ser observado isso na Figura 12.

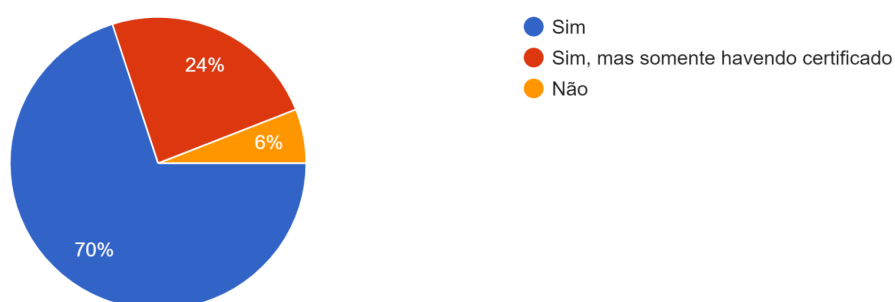
**Figura 12:** Interesse em participar de uma capacitação para aprender LIBRAS



**Fonte:** Elaborada pela autora, 2023.

Perguntou-se também se haveria interesse em participar de uma palestra ou capacitação sobre o conhecimento da Educação Inclusiva dentro do ensino superior e 70% afirmou que participaria, enquanto 24% responderam que só participaria se com a palestra ou com a capacitação obteria certificado, e 6% afirmou que não gostaria de participar, conforme a Figura 13.

**Figura 13:** Interesse em participar de uma palestra ou capacitação sobre conhecimento da Educação Inclusiva no Ensino Superior



**Fonte:** Elaborada pela autora, 2023.

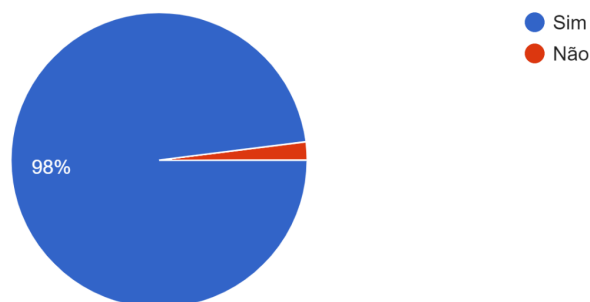
Sendo assim, o maior desafio ligado à inclusão escolar ainda é a garantia do acesso e a permanência do aluno surdo em sala do ensino regular, isso porque, o ambiente que vai receber esse aluno com deficiência auditiva deve estar preparado para atender as

particularidades dele, dando atenção especial em seu desenvolvimento global, afinal, não basta somente pensar no aspecto físico, é necessário analisar também os aspectos sociais do indivíduo (PIMENTA, 1995).

O desenvolvimento do interesse de qualquer estudante é um processo dinâmico que abrange um alinhamento constante de práticas pedagógicas dentro e fora da instituição de ensino. Além disso, a maioria dos discentes das instituições de ensino superior não têm uma capacitação adequada para ensinar a todos os alunos, isso inclui saber LIBRAS. Logo, esse fato de poucos alunos saberem e buscarem aprender LIBRAS está instaurado na sociedade há muito tempo, necessita-se buscar modos e métodos para aumentar o interesse desses alunos para que assim todos possam se comunicar igualmente.

Sabe-se a importância da inclusão de pessoas com deficiência nas universidades, diante disso no questionário aplicado foi perguntado sobre se há o entendimento da necessidade da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, onde 98% dos participantes afirmaram que sim, entendem essa necessidade, mostrado na Figura 14.

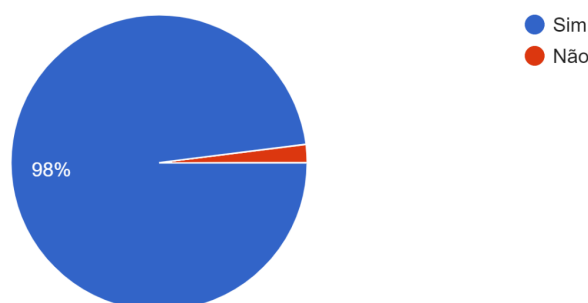
**Figura 14:** Entendimento sobre a necessidade de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior



**Fonte:** Elaborada pela autora, 2023.

Além disso, foi perguntado se eles entendem a necessidade da inclusão de pessoas com deficiência no curso de Engenharia Civil, e 98% afirmaram que entendem essa necessidade, visto na Figura 15.

**Figura 15:** Entendimento sobre a necessidade de inclusão de pessoas com deficiência no curso de Engenharia Civil

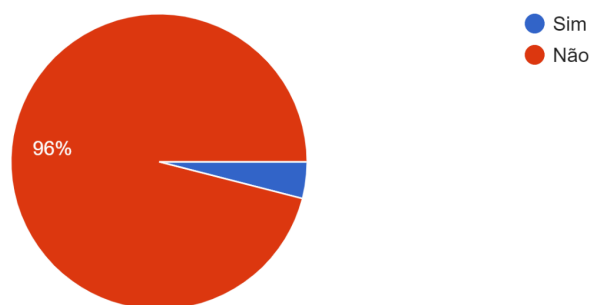


**Fonte:** Elaborada pela autora, 2023.

O que torna um pouco contraditório em relação às perguntas anteriores, aqui a maioria dos participantes afirmam que entendem que há necessidade do ingresso de pessoas deficientes no ensino superior e no curso de engenharia civil, porém alguns deles não têm o interesse em buscar aprender sobre a educação inclusiva no ensino superior, como mostrado na Figura 13.

Foi abordado também sobre a quantidade de pessoas portadoras de deficiência no curso de Engenharia Civil, se o participante reconhece se há ou não a presença dessas pessoas dentro do curso, e 96% afirmaram que não há muitas pessoas com deficiência cursando Engenharia Civil, de acordo com a Figura 15. Além disso, perguntou-se se elas têm alguma ideia do porquê esse número de pessoas no curso de Engenharia Civil ser tão pequeno, a maioria respondeu que não sabe o porquê disso, enquanto outros participantes afirmaram que isso acontece justamente pela falta de inclusão e acessibilidade nos campi, onde não existe suporte capacitado para essas pessoas.

**Figura 16:** Entendimento da quantidade de pessoas com deficiência no curso de Engenharia Civil



**Fonte:** Elaborada pela autora, 2023.

A acessibilidade na educação superior ainda está muito abaixo do necessário. Entre as barreiras que se encontram no caminho para garantir um acesso mais democrático estão as dificuldades físicas, culturais e práticas, que impedem muitos estudantes de chegar ou permanecer nas instituições de ensino. A acessibilidade na educação superior é, então, uma ferramenta de inclusão socioeconômica e possibilita que mais pessoas recebam conhecimento, utilizem o aprendizado na atuação profissional e contribuam para diferentes áreas do desenvolvimento científico e socioeconômico (SARAIVA EDUCAÇÃO, 2021).

## 6 CONCLUSÃO

Diante dos resultados e discussões apresentados, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e acessível no contexto do ensino superior, em particular no curso de Engenharia Civil. As conclusões deste estudo refletem as percepções dos estudantes de engenharia na Paraíba em relação à inclusão de pessoas com deficiência, bem como suas percepções sobre o conhecimento e a conscientização sobre o tema.

A falta de conhecimento e a carência de informações sobre *deficiências* são questões críticas que afetam a inclusão e a aceitação desses estudantes nas instituições de ensino superior. A educação e a conscientização desempenham um papel fundamental na redução do preconceito e na promoção da inclusão.

A pesquisa também aponta para desafios significativos em termos de acessibilidade nas universidades da Paraíba, incluindo a falta de estruturas físicas adequadas e a falta de suporte para estudantes com deficiência intelectual. Isso demonstra a necessidade de investimento em infraestrutura e políticas de inclusão nas instituições de ensino superior.

Além disso, a baixa representatividade de pessoas com *deficiência* no curso de Engenharia Civil é uma questão preocupante que requer atenção. A percepção de que o curso é “difícil” e a falta de acessibilidade nas universidades podem ser fatores que contribuem para essa baixa representatividade.

Por outro lado, é encorajador observar a disposição dos estudantes de engenharia em aprender sobre a inclusão, participar de capacitações e contribuir para a promoção de ambientes mais inclusivos. A disponibilidade para aprender LIBRAS e participar de palestras sobre educação inclusiva demonstra uma conscientização crescente sobre a importância da inclusão no ensino superior.

Os resultados deste estudo indicam a necessidade de um esforço conjunto por parte das universidades, do governo e da sociedade em geral para promover a inclusão e a acessibilidade no ensino superior, particularmente no curso de Engenharia Civil. A educação e a sensibilização são cruciais para combater o preconceito e para garantir que todas as pessoas tenham igualdade de oportunidades no acesso à educação superior. Além disso, é imperativo que as instituições de ensino invistam em infraestrutura e políticas que garantam que os

ambientes acadêmicos sejam acessíveis a todos, independentemente de suas habilidades ou deficiências.

Este estudo contribui para uma compreensão mais profunda das questões de inclusão e acessibilidade no ensino superior e pode servir como base para futuras ações e políticas que visem promover um ambiente mais inclusivo e igualitário para todos os estudantes, independentemente de suas condições de deficiência.



## Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BRASIL. Decreto nº 4.875, de 11 de novembro de 2003. Projeto Milton Santos De Acesso Ao Ensino Superior. Brasília, DF, 11 nov. 2003.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamentação das Lei nºs, de 8 de novembro de 2000, e 10.098 de dezembro de 2000. Brasília, DF.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Programa De Apoio A Planos De Reestruturação E Expansão Das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Programa Nacional De Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde. Brasília, DF, 1989.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Normas Gerais e Critérios Básicos para a Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida, e Providências. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Programa Universidade Para Todos - PROUNI. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Ingresso Nas Universidades Federais E Nas Instituições Federais De Ensino Técnico De Nível Médio. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Lei nº 12.64, de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional De Proteção Dos Direitos Da Pessoa Com Transtorno Do Espectro Autista. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Reserva De Vagas Para Pessoas Com Deficiência Nos Cursos Técnicos De Nível Médio E Superior Das Instituições Federais De Ensino. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Portaria nº 555, de 05 de junho de 2007. Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Portaria Normativa MEC nº 25, de 28 de dezembro de 2010. Programa Nacional De Assistência Estudantil Para As Instituições De Educação Superior. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Portaria Normativa MEC nº 21, de 05 de dezembro de 2012. Sistema de Seleção Unificada. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Portaria Normativa MEC nº 389, de 09 de maio de 2013. Programa De Bolsa Permanência. Brasília, DF, 2013.

CIANTELLI, Ana Paula Carvalho. LEITE, Lúcia Pereira. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. Rev. Bras. Ed., Marília, v. 22, n. 3, p 413-428, Jul-Set., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/xThwG4TvvVT86tFY9cG66nN/abstract/?lang=pt>.

COSTA, Marília Comparini. Como a Universidade se Mostra Preparada para Promover Inclusão e Formar Pessoas com Deficiência? O caso da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia. 2021. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Federal de Uberlândia, 2021.

CRUZ, A. T DA; RODRIGUES, P. A. A. Análise Sobre a Inclusão E Permanência Dos Alunos Com Deficiência Em Uma Universidade Do Sul De Minas Gerais. DOXA: Revista de

Psicologia e Educação, Araraquara, v. 21, n. 2, p. 241-254, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/13091>.

FIGUEIREDO, Arlete Carvalho, et al. Acessibilidade E Vida Universitária Pontuações Sobre A Educação Inclusiva. In: SAMPAIO, SMR., org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 187-207. ISBN 978-85-232-1211-7. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-11.pdf>.

FONSECA, V. (2003). Educação Especial - Artes Médicas, Porto Alegre, 1987. Guimarães, A. Inclusão que funciona. Revista Nova Escola, São Paulo, p. 4347, set.

GANDRA, Alana. Autismo: Preconceito Está Ligado A Falta De Informações. Agência Brasil. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-04/autismo-preconceito-esta-ligado-falta-d-e-informacoes>.

GARCIA, Vinicius Gaspar. Panorama Da Inclusão Das Pessoas Com Deficiência No Mercado De Trabalho No Brasil. Trab., Educ., Saúde, Rio de Janeiro, v 12 n.1, p 165-187, jan/abr 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/HkkjjNpVsgsJYVS93DCkYbg/abstract/?lang=pt>.

GLAT, Rosana. PLETSH, Márcia Denise. O Papel Da Universidade No Contexto Da Política De Educação Inclusiva: Reflexões Sobre A Formação De Recursos Humanos E A Produção De Conhecimento. Rev. Educ. Espec., Santa Maria, v. 23, n. 38, p 345-356, Set-Dez., 2010. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores De Deficiência, A Questão Da Inclusão Social. São Paulo em Perspectiva, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/3kyptZP7RGjjkDQdLFgxJmg/>.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MATISKEI, Angelina Carmela Romão Mattar. Políticas Públicas De Inclusão Educacional: Desafios E Perspectivas. Educar, Curitiba, n. 23, p. 185-202, 2004. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/bDksCCqdMwGqX9KtfTpBycb/abstract/?lang=pt>.

MONTEIRO, Carlos Medeiros. Pessoa com Deficiência: a História do passado ao presente. Revista Internacional de Apoyo a la Inclusión, Logopedia, Sociedad y Multiculturalidad, vol. 2, num. 3, pp. 221-233, 2016.

NOGUEIRA, Lilian de Fatima Zanoni. Nogueira, Eliete Jussara. Inclusão De Deficientes No Ensino Superior: O Trabalho Docente Frente Ao Processo De Inclusão. Quaestio, Sorocaba, SP, v. 16, n. 2, p. 433-449, Nov. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/2090>.

PIMENTA, S. G. O Estágio Na Formação De Professores: Unidade Entre Teoria E Prática?. Cda. Pesq. São Paulo, n. 94, p. 58-74. ago 1995.

RANGEL, Aline Batista. Inclusão De Pessoas Com Deficiência Na Universidade Federal Fluminense: Acesso E Permanência, Possibilidades E Desafios. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-6/completo-4.pdf>.

SARAIVA EDUCAÇÃO. Saiba Como Superar Os Desafios Da Acessibilidade Na Educação Superior. 2021. Disponível em: <https://blog.saraivaeducacao.com.br/acessibilidade-na-educacao-superior/>.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia Sobre Deficiência na Era Da Inclusão. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/TERMINOLOGIA\\_SOBRE\\_DEFICIENCIA\\_NA\\_ERA\\_DA.pdf?1473203540](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NA_ERA_DA.pdf?1473203540).

SILVA, Cleidiane de Oliveira. O Professor E Os Processos De Inclusão De Alunos Com Necessidades Educacionais Específicas: Desafios E Possibilidades Na Perspectiva Etnográfica. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, UEPB. Campina Grande, 2017

SIQUEIRA, Inajara Mills. SANTANA, Carla da Silva. Propostas De Acessibilidade Para A Inclusão De Pessoas Com Deficiência No Ensino Superior. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 16, n.1, p 127-136, Jan-Abr., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/KkfLLrZ4kTjdTyMhbY3gzfk/>.

**ANEXOS****QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS ESTUDANTES DE ENGENHARIA CIVIL  
DAS UNIVERSIDADES DA PARAÍBA**

- 1) Qual Universidade você estuda:
  - a) UEPB - ARARUNA
  - b) UFCG - CAMPINA GRANDE
  - c) UFPB - JOÃO PESSOA
  
- 2) Você já teve contato com alguma pessoa portadora de deficiência:
  - a) Sim
  - b) Não
  - c) Não sei
  
- 3) Qual dessas deficiências abaixo você conhece ou já ouviu falar?
  - a) DEFICIÊNCIA VISUAL (perda ou redução da capacidade visual em ambos os olhos em caráter definitivo)
  - b) DEFICIÊNCIA MOTORA (alterações completas ou parciais de um ou mais segmentos do corpo humano, que acarretam o comprometimento da mobilidade e da coordenação geral)
  - c) DEFICIÊNCIA AUDITIVA (perda parcial ou total da audição, causada por má-formação (causa genética) ou lesão nas estruturas que compõem o aparelho auditivo)
  - d) SURDEZ (total ausência de audição)
  - e) TDAH (transtorno neurológico de causas genéticas, caracterizado por sintomas como falta de atenção, inquietação e impulsividade)
  
- 4) De acordo com as deficiências que você respondeu acima, você acha que sua Universidade tem a capacidade de proporcionar o direito de todos(as) a educação?
  - a) Sim
  - b) Não

5) Se sim, quais as estruturas de inclusão sua universidade possui?

6) Você tem algum colega com algum tipo de deficiência?

- a) Sim
- b) Não

7) Se sim, seu colega possui alguma dificuldade para acompanhar o aprendizado dos demais alunos?

- a) Sim
- b) Não

8) Você acha que existe um impasse para que as pessoas com deficiências escolham optar por cursar Engenharia Civil?

- a) Sim
- b) Não

9) Sabendo que a segunda língua oficial do Brasil é a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), caso tenha algum deficiente auditivo ou surdo na sua universidade ou até mesmo na sua classe, você conseguiria se comunicar com eles?

- a) Sim
- b) Não

10) Existindo uma capacitação para aprender LIBRAS, você gostaria de participar?

- a) Sim
- b) Não
- c) Talvez

11) Existindo uma palestra ou capacitação sobre o conhecimento da Educação Inclusiva dentro do ensino superior, você gostaria de participar?

- a) Sim
- b) Sim, mas havendo certificado
- c) Não

12) Você entende a necessidade da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior?

- a) Sim
- b) Não

13) Você entende a necessidade da inclusão de pessoas com deficiência no curso de Engenharia Civil?

- a) Sim
- b) Não

14) Você acha que o curso de Engenharia Civil possui muitas pessoas com deficiência?

- a) Sim
- b) Não

15) Se sim, você tem alguma ideia do porquê disso?

Muito obrigada!!! :)